

PSICOLOGIA E SAÚDE MENTAL NO TRABALHO

PSYCHOLOGY AND MENTAL HEALTH AT WORK

ENTREVISTADORA

Amárilis Carla Ferraz

Estagiária da disciplina de estágio específico em Modelo Psicobiossocial Aplicado ao Trabalho em Diferentes Contextos II, da ênfase "Subjetividade, Trabalho e Administração Social" na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

ENTREVISTADO

Marcos Mariani Casadore

Doutor em Psicologia (Psicologia e Sociedade) pelo Programa de Pós-Graduação da UNESP (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho") – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, em 2014. Mestre em Psicologia pelo mesmo Programa, em 2011. Psicólogo, (Bacharelado/Licenciatura Plena – 2008; formação em Psicologia – 2009), formado nesta mesma instituição. É professor de Psicologia (ensino superior) nas Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO), desde 2011 e, atualmente, professor substituto na Universidade Estadual Paulista (Unesp/Assis) – 2016. Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com ênfase em Psicossomática Psicanalítica, no ano de 2015. Vinculado ao grupo de pesquisa Figuras e Modos de Subjetivação no Contemporâneo (Unesp/Assis) e ao "Laboratório Interinstitucional de Subjetividade e Trabalho". Atuou como professor no Instituto Educacional de Assis (IEDA) – 2011/2013. Tem experiência na área de Psicologia, ênfase em Psicanálise e em Pesquisa, com interesses nas áreas de História da Psicanálise, Psicologia do Trabalho, Psicossociologia/Clínicas do Trabalho e Psicologia Clínica.

Resumo: Nesta entrevista Marcos Mariani Casadore nos conta sobre sua trajetória no campo da Psicologia do Trabalho, bem como, o papel desta na saúde do trabalhador. Levando em conta o atual contexto político, faz uma análise dos possíveis efeitos na saúde mental dos trabalhadores. Aponta os avanços ocorridos nos últimos anos na área, e fala sobre os possíveis caminhos para aqueles que se interessam pela Psicologia do Trabalho.

Palavras-chaves: Saúde do Trabalhador; Psicologia do Trabalho; Fatores Psicossociais.

Abstract: In this interview Marcos Mariani Casadore tells us about his trajectory in the field of Work Psychology, as well as his role in the health of the worker. Taking into account the current political context, it makes an analysis of other effects on workers' mental health. It points out the advances that have occurred in recent years in the area, and talks about the possible paths for those who are interested in the Psychology of Work.

Keywords: Worker Health; Work Psychology; Psychosocial Factors.

Resumen: En esta entrevista Marcos Mariani Casadore nos cuenta sobre su trayectoria en el campo de la Psicología del Trabajo, así como el papel de ésta en la salud del trabajador. Teniendo en cuenta el actual contexto político, hace un análisis de los posibles efectos en la salud mental de los trabajadores. Señala los avances ocurridos en los últimos años en el área, y habla sobre los posibles caminos para aquellos que se interesan por la Psicología del Trabajo.

Palabras claves: Salud del Trabajador; Psicología del Trabajo; Factores Psicossociales.

ENTREVISTA

Entrevistadora: Você poderia nos contar um pouco sobre sua trajetória profissional no campo da Psicologia?

Entrevistado: Terminei a graduação em Psicologia no ano de 2009 – me formei na Universidade Estadual Paulista, campus de Assis. Lá continuei minha formação como pesquisador e docente: terminei em 2011 meu mestrado e concluí o doutorado no final de 2014. Minha incursão pelo campo da Psicologia do Trabalho se deu por caminhos tangenciais àqueles que construí formalmente na pós-graduação: tanto meu mestrado quanto meu doutorado versaram sobre a teoria psicanalítica e discutem seu desenvolvimento focando aspectos da história do movimento psicanalítico. Sempre tive um contato muito próximo com a Psicanálise e ela, de certo modo, é a teoria que fundamenta toda a minha prática. Mas comecei com a pesquisa na graduação e, durante esses anos todos, fui orientado pelo professor Francisco Hashimoto – reconhecido principalmente pelas suas incursões na área do trabalho. Paralelamente às pesquisas psicanalíticas, tive a oportunidade de acompanhá-lo em várias disciplinas e estágios da área do trabalho, algumas vezes como monitor ou colaborador, e também desenvolvemos pesquisas e textos em conjunto sobre questões sociais contemporâneas, todas atravessadas pelo trabalho e calcadas no referencial da psicossociologia francesa. São os psicossociólogos que tomo com principais referências, tendo como maiores interesses, para além da relação entre subjetividade e trabalho, questões das Clínicas do Trabalho e da saúde do trabalhador. Sou professor desde o ano de 2011, e até hoje sou professor nas ênfases de Psicologia Organizacional e do Trabalho onde atuo (nas Faculdades Integradas de Ourinhos e, atualmente, também como professor substituto na UNESP/Assis). Como supervisor de estágio na área, trabalhamos com grupos terapêuticos voltados à questão da saúde do trabalhador e temos projetos de pesquisa/diagnóstico e intervenção em instituições e empresas. Durante o ano de 2015 fiz também um estágio de pós-doutoramento na Universidade Federal de Uberlândia, na área de Psicologia da Saúde, e isso em muito me ajudou com relação às minhas pesquisas e práticas voltadas ao trabalho.

Entrevistadora: Na sua opinião quais as contribuições da Psicologia do Trabalho no campo da Saúde do Trabalhador?

Entrevistado: O interesse da Psicologia pelas questões referentes à Saúde, dentro da área do trabalho, foi se construindo gradativamente. Se pensarmos no seu desenvolvimento desde a chamada Psicologia Industrial, percebemos isso: suas leituras eram mais contingenciais, num

primeiro momento, e a abordagem da Psicologia, muito influenciada, ainda, por aquela ideia de cientificidade mais objetiva, era essencialmente técnica e diretamente “aplicável”, com interesses mais relacionados à demandas gerenciais, à produtividade; as discussões sobre Saúde, ainda pouco presentes, ficavam num segundo plano, e eram influenciadas, ainda, por esse tipo de abordagem. A compreensão e consequente atuação sobre problemas relacionados ao trabalho eram limitadas e, em certo sentido, bastante “simplistas”. Aos poucos, seus estudos passam a tomar como objeto outras questões, humanas e sociais, e não só vão se pautar em leituras da Psicologia Social (e Clínica, inclusive), mas, ainda, estabelecer diálogos com outras áreas das ciências sociais e da saúde. Seus objetos de interesse não serão só ampliados, mas também compreendidos de maneira complexa. Os modos como se apropria da questão do Trabalho variam de acordo com as fundamentações teóricas que estabelece como base para buscar entender essas demandas – mas os processos de identificação/subjetivação e interação, questões afetivas e emocionais, sofrimento/prazer inerentes às experiências dos trabalhadores, além de aspectos culturais e sociais dentro e fora de um espaço de trabalho, de modo geral, são fatores que passam a atravessar os estudos da Psicologia do Trabalho e influenciar sua atividade. São esses pontos que aparecem como “diferenciais” nas abordagens psicológicas das demandas no trabalho. Essa mudança ao longo do desenvolvimento da Psicologia como ciência pode ser considerada, inclusive, como marca de resistência e questionamento àquela abordagem inicial da estritamente técnica, além de apontar para as questões que seriam essenciais à preocupação da nossa prática no que diz respeito às vivências do sujeito e seus processos cognitivos e afetivos, conscientes e inconscientes, subjetivos e relacionais: é a saúde que deve aparecer como uma das principais preocupações do trabalho da Psicologia, e ela pode propor diálogos diversificados a partir de suas bases teóricas com outros campos das ciências do trabalho. Uma diversidade que, inclusive, aponta para a natureza complexa e em constante transformação das relações humanas, dos processos de subjetivação, do sentido e da organização do trabalho na sociedade.

Entrevistadora: Qual sua opinião sobre a reforma trabalhista e quais os possíveis impactos às políticas públicas em saúde no trabalho?

Entrevistado: Não sei se tenho como discutir tão pormenorizadamente as questões relacionadas às propostas da reforma trabalhista – há muitos pontos que poderiam ser debatidos mais detalhadamente e que podem incorrer em interpretações bastante variadas. Mas, no geral, acredito que é possível pensá-la como representativa de todo um cenário, um contexto. Ela é, antes de qualquer

coisa, sintomática: diz sobre um momento muito peculiar pelo qual atravessa nosso País, mas também sobre uma tentativa de implementação mais pungente e formalmente reconhecida de políticas de trabalho/contratação que seguem alguns princípios extremistas dos discursos gerencialistas que prezam pela rotatividade e flexibilização das relações de trabalho. Estes estão calcados numa compreensão essencialmente produtivista do que é o trabalho e que desconsiderariam as consequências inerentes a esse cenário de insegurança e incerteza constantes, de exploração generalizada da mão-de-obra do trabalhador, obrigado a se submeter a condições não tão “negociáveis” com relação à prestação de serviços, desempenho de funções e arbitrariedades quanto ao tempo de contratação.

A meu ver, o que houve foi uma tentativa de aproveitamento de situação política – o governo interino atual, valendo-se de um clima de grande instabilidade não só política, mas econômica, tentou acelerar a aprovação de uma série de planos de reformas, como vimos. Os trâmites ainda ocorrem e não sabemos como tudo termina, mas até o momento pudemos perceber que houve um certo “descompasso” e algumas dessas propostas não foram votadas e aprovadas como esperavam; claro, o índice de desaprovação desse governo atual (Michel Temer e seus ministros rotativos) atingiu números tão altos que são praticamente incomparáveis com quaisquer outros presidentes em exercício durante governos democráticos, e essa insegurança, às vésperas de novas eleições e com o povo acompanhando de perto, aliada, ainda, às discussões internas dos partidos políticos e à questão das coligações, também é responsável por isso. Nunca conseguiremos antecipar ou prever muito bem o que virá a acontecer com relação às deliberações políticas, mas é necessário que tenhamos uma postura crítica e resistente constantes quanto a essas propostas de reformas. É compreensível que algumas reformas sejam propostas: o trabalho muda e suas condições também, mas as “atualizações” nunca podem perder de vista os direitos básicos do trabalhador. Além disso, quando é iminente a proposta de uma reforma tão estrutural assim, não podemos aceitar que esta seja discutida às pressas e forçada para votação. O governo justifica a urgência por conta das circunstâncias, da crise econômica e do alto índice de desemprego, mas as consequências de uma reforma feita de modo irresponsável, às pressas, podem ser muito maiores. Questões e problemas complexos demandam tempo, discussões cuidadosas e, principalmente, bem fundamentadas. Há planejamentos maiores necessários, vários fatores a se considerar. A produção científica em ciências humanas, sociais e da saúde sobre a questão do trabalho (e, aqui, englobando seu modo de organização, relações interpessoais e de poder/liderança, processos identitários, saúde/adoecimento etc.) é bastante ampla, cresce a cada ano (o trabalho como campo de potencial interesse científico por caracterizar-se como espaço gerador de várias

problemáticas e demandas sociais, inclusive) e tem, em suas considerações e conclusões, argumentos que apontam para caminhos diferentes ou contraditórios no que se refere a algumas das mudanças propostas pela reforma trabalhista: como se houvesse desde já um alerta às consequências graves dessas transformações, e isso fosse simplesmente ignorado, negligenciado. Muitas vezes, as discussões legislativas simplesmente ignoram esse diálogo com os campos científicos especializados, com saberes consolidados sobre os problemas que surgem, e esse parece ser também o caso, aqui. A imposição simples de ideias e propostas que carregariam ainda, junto consigo, uma espécie de "aura" mágica e apareceriam como promessas de soluções imediatas, definitivas e rápidas é uma coisa demasiado ilusória. Há de se desconfiar, sempre – principalmente quando o que sobressai é a proteção do interesse de uma minoria e um potencial e enorme prejuízo para uma grande maioria: no caso, a classe trabalhadora e a questão dos direitos trabalhistas, duramente conquistados ao longo de anos de reivindicações e resistência, em risco.

Entrevistadora: Comente como a instabilidade política atual e o desemprego influenciam na saúde do trabalhador. Quais os principais riscos psicossociais à saúde dos trabalhadores no contexto atual?

Entrevistado: O cenário atual de instabilidade política e desemprego crescente compõe um panorama maior de insegurança, a partir da flexibilização e intensificação da exploração de mão-de-obra, que aparece como potencial gerador de riscos psicossociais ao trabalhador. Como os fatores psicossociais se referem justamente a essas relações complexas e mutuamente influentes entre ambiente e condições de trabalho (organização e gestão, funções/conteúdo etc.) e aquilo que diz respeito ao próprio trabalhador, é possível postular que muitos dos riscos psicossociais atuais respondem às transformações consequentes de uma reestruturação do trabalho e dos seus modos de sistematização. Muito da compreensão acerca da saúde e do processo de adoecimento ligados à situações de trabalho se deve a essa compreensão da relação entre o homem e o trabalho na contemporaneidade, e respondem às novas formas de organização do trabalho: os processos de produção e de acumulação flexível, novos modos de gestão e regimes de contratação, a terceirização e a precarização, atrelados, ainda, ao fenômeno da globalização, aos progressos tecnológicos e das comunicações, de distribuição e acesso; enfim, essas aparecem como mudanças muito significativas e, de certo modo, bruscas, também. Neste sentido, são renovadas também as exigências que o mercado faz de um bom trabalhador: os valores mais preconizados hoje dizem respeito às exigências de qualificação, proatividade e iniciativa, criatividade,

multifuncionalidade – seguem a lógica dos discursos do que ficou conhecido como “excelência no trabalho”, em busca da “qualidade total”, enfim. Tudo isso proporciona novos modos de captura e convencimento do sujeito por parte das empresas e do sistema, como um todo, e claro que as exigências muitas vezes são intoleráveis ao trabalhador. São muitos os teóricos e muitas as pesquisas em Psicologia e Sociologia do Trabalho que apontam para essas relações e suas consequências. Pierre Bourdieu, no seu livro “Contrafogos”, se utiliza de um conceito de que gosto muito e acho que ilustra muito bem esta situação: ele denomina como *flexploração* as condições de trabalho atreladas a esse cenário: diz que, da mesma maneira que o trabalho passa a ser flexibilizado, em muitos sentidos (da contratação ao desempenho de funções e tarefas), abre-se espaço para que as possibilidades de exploração do trabalhador também sejam expandidas. Por fim, essas “superexigências” associadas ainda à desregulamentação dos direitos trabalhistas e da força de debate e reivindicações por parte do coletivo de trabalhadores, o processo de terceirização e a informalidade, o risco constante de desemprego, enfim, colocam o trabalho numa situação permanente de incertezas. E neste movimento é que se encontram os principais fatores de riscos psicossociais na atualidade.

Entrevistadora: Qual o papel do psicólogo na prevenção de riscos psicossociais no trabalho?

Entrevistado: Antes de tudo, acredito que reside na posição que o psicólogo ocupa junto às questões do trabalho – é necessário que se situe num modo de abordagem e prática não-reducionista ou simplista, e que partilhe das premissas para a construção de uma psicologia social do trabalho que seja crítica e tenha em vista, sempre, as preocupações inerentes aos processos de saúde e adoecimento ligados à experiência do trabalho, mesmo quando suas atribuições respondem mais a demandas dos processos organizacionais do que questões direta ou explicitamente relacionadas à saúde do trabalhador. Isso se refere a uma postura profissional ética. Para além dos fatores mais objetivos que compõem o trabalho e sua organização, o psicólogo se preocupa com o trabalhador, suas condições de trabalho, suas questões subjetivas e relações interpessoais. Para um trabalho voltado à prevenção, é necessário ter em vista a composição multideterminada desse panorama: é a empresa e a organização do trabalho, a estrutura macrossocial, econômica, aspectos culturais, modos de gestão e relações de liderança, enfim, múltiplas questões que compõem um cenário no qual buscamos o tempo todo compreender também questões de ordem afetiva/emocional e identitária; pensar no trabalhador como homem no exercício de sua atividade, envolta por aspectos simbólicos, dotada de significados particulares e, nisto, a vivência do que pode ser prazer ou sofrimento, do que pode aparecer

como uma espécie de reconhecimento profissional ou como experiência patogênica, do que favorece a atribuição, por parte do sujeito, de sentido ao seu trabalho (e também ao tempo livre) ou o coloca numa vivência cotidiana estranhada que se estrutura como angústia, mal-estar. É extremamente complexo e é um desafio constante, mas acaba por constituir o campo de atuação do psicólogo do trabalho.

Entrevistadora: Quais os avanços da Psicologia nos últimos anos em saúde mental e trabalho?

Entrevistado: A articulação da Psicologia, numa proposta interdisciplinar de estudo e intervenção, com outras ciências do trabalho (humanas/sociais, da saúde) é o que melhor representaria os avanços que se referem à questão da saúde mental intrincada às relações de trabalho. Isso porque acarreta num modo mais cuidadoso e complexo de compreensão das principais demandas oriundas do campo do trabalho – que, como sabemos, é sempre atravessado por fatores econômicos e políticos, sofre mudanças de acordo com os avanços tecnológicos e ainda responde à questões culturais globais, no atual cenário social em que vivemos. O trabalho deve ser pensado historicamente e contextualmente, e, por conta disto, todas estas variáveis precisam ser consideradas nas tentativas de elucidação das suas questões. Então, mesmo quando lidamos com casos particulares/situacionais, temos algo atravessado pelos discursos hegemônicos e impositivos próprios do modo de produção capitalista vigente, pelos valores culturais compartilhados e os sentidos que trazem junto, algo da esfera macrosocial. É essencial que a Psicologia estabeleça essas interconexões e pense nas questões subjetivas (relacionadas, então, à saúde) como respondendo também a um cenário social: os modos de organização do trabalho, situações atuais (como o desemprego e a instabilidade), o mercado “informal” e os subempregos, a díade flexibilização/precarização, ou mesmo o que surge como alternativa ou resistência (novos modos de organização do trabalho, a economia solidária e as cooperativas, por exemplo), tudo também é campo de interesse da Psicologia do Trabalho – são, essencialmente, os fenômenos psicossociais (multideterminados) que aparecem como objeto privilegiado de pesquisa/intervenção. Por fim, a Psicologia do Trabalho preocupada com a saúde mental estabelece suas bases a partir das colaborações da saúde coletiva e da própria Psicologia Social, ou mesmo junto às clínicas do trabalho – que também se constroem numa perspectiva interdisciplinar, e pode pensar no sujeito como sendo, essencialmente, um sujeito histórico e social.

Entrevistadora: O que você deixa de mensagem para os alunos que se interessarem após a graduação em atuar no campo da Saúde no Trabalho?

Entrevistado: Acho complicado mensurar as dificuldades e perspectivas nos campos de atuação da Psicologia, numa perspectiva comparativa: todos acabam por ser desafiadores e complexos, exigem do profissional uma atuação que se volta bastante às demandas de crise e conflito, sofrimento e mal-estar, e sempre se “atualizam” conforme avançamos pela história. No campo do trabalho isto se evidencia pela constante transformação de seus aspectos estruturais e novos modos de organização, discussões e reformulações constantes que afetam diretamente o modo como o trabalhador encara a situação do trabalho e, claro, como estabelece relações de sentido, vivencia os processos de identificação, se relaciona com o outro e, por fim, também como pode vir a lidar bem ou não com as condições que se apresentam, muitas vezes tendo como consequência também o adoecimento por conta desta experiência. Talvez a mensagem tenha a ver com essas premissas: por mais difícil que o estudo/compreensão e consequente intervenção em situações de trabalho possam parecer, não podemos nos eximir de uma busca contínua e incessante por eles – reconhecendo, inclusive, as limitações sempre presentes tanto nas pesquisas científicas quanto no alcance de uma “aplicabilidade” destas ciências. Os psicólogos do trabalho estão fadados a ser eternos estudantes, e não só de questões teóricas/conceituais da Psicologia, mas, como salientado antes, acerca de muitas outras variáveis que atravessam a questão do trabalho e são imprescindíveis à sua compreensão. Há de se manter não só um exercício profissional ético e responsável, mas, também, uma postura crítica e, inclusive, de resistência frente a muitas das propostas engendradas pelas articulações de mercado e do próprio sistema capitalista. Não se pode perder de vista o compromisso que a psicologia estabelece não com questões do sujeito (no caso, o trabalhador), mas também do social e de suas condições necessárias para que haja saúde.

Entrevista apresentado em: 04/12/2017

Aprovado em: 28/02/2018

Versão final apresentada em: 03/04/2018